



**ESCOLA SECUNDÁRIA COM 3.º CICLO DE FERREIRA DIAS**

---

## **PROJECTO EDUCATIVO**

**2009-2013**

**“ Promover o sucesso educativo numa escola de qualidade “**



Aguarela da autoria da professora do 5º grupo Manuela Torres

---



*Logótipo criado pelo aluno Pedro Vieira, discreto, tendo como elemento de destaque a letra “F”, representando o nome pelo qual a escola é habitualmente designada e conhecida, “A Ferreira”.*

*O aluno recorreu ainda ao contraste entre o azul e o ocre, para simbolizar a relação Terra/Mar existente no concelho de Sintra.*

---

---

## ÍNDICE

1	<b>INTRODUÇÃO</b>	02
2	<b>MISSÃO</b>	03
3	<b>VISÃO</b>	03
4	<b>PRINCIPIOS E VALORES</b>	03
5	<b>CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA</b>	04
5.1	ESBOÇO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA	04
5.2	PATRONO DA ESCOLA	05
5.3	ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SÓCIO-CULTURAL	07
5.4	ALUNOS	08
5.5	PESSOAL DOCENTE	09
5.6	PESSOAL NÃO DOCENTE	10
5.7	RECURSOS EDUCATIVOS	10
5.8	PLANOS CURRICULARES E OFERTA DE ESCOLA	11
5.8.1	<i>Ensino Básico</i>	11
5.8.2	<i>Ensino Secundário</i>	12
6	<b>CRITÉRIOS GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DE ESCOLA</b>	13
6.1	CONSTITUIÇÃO DE TURMAS	13
6.2	ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS TURMAS	14
6.3	DESDOBRAMENTO DE TURMAS	15
6.3.1	<b>3º Ciclo do Ensino Básico</b>	15
6.3.2	<b>Ensino Secundário</b>	15
6.4	ATRIBUIÇÃO DO REMANESCENTE (CNL)	16
6.5	ATRIBUIÇÃO DAS HORAS DA COMPONENTE DE ESTABELECIMENTO (CE)	16
7	<b>OBJECTIVOS GERAIS</b>	16
8	<b>INTERVENIENTES</b>	17
8.1	ÓRGÃOS DE DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	19
8.2	ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	19
8.3	OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO	20
8.4	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, TÉCNICOS E TÉCNICO-PEDAGÓGICOS	22
8.5	ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS	24
8.5.1	<b>Associação de Estudantes</b>	24
8.5.2	<b>Associação de Pais e Encarregados de Educação</b>	25
8.6	PARCERIAS/PROTOCOLOS	25
8.7	NOVAFOCO	26
9	<b>DIMENSÕES E ÁREAS DE INTERVENÇÃO (PLANO DE ACÇÃO)</b>	26
10	<b>AVALIAÇÃO DO PROJECTO</b>	32
11	<b>NOTA FINAL</b>	33

## 1. INTRODUÇÃO

A elaboração do Projecto Educativo assume especial significado para a vida da Escola, embora não constitua, só por si, a panaceia para todos os problemas que se colocam à Comunidade Educativa.

O Projecto Educativo permite à escola a apropriação de um certo espaço de liberdade, afirmando-se, face à comunidade, como detentora de um projecto que lhe propiciará a identidade e o reconhecimento.

Nesta medida é, assim, um instrumento privilegiado de mobilização e em torno de uma ideia de Escola e de um conjunto de objectivos comuns, procurando expressar as linhas orientadoras da política educativa da Escola, identificar os seus principais problemas e necessidades, definir as suas prioridades e estratégias de intervenção, fruto de aspirações da comunidade escolar, do seu passado, das suas tradições culturais e das condições organizacionais do presente que lhe são próprias.

A sua visão e missão assentam no pressuposto de que as autonomias conduzem a políticas educativas escolares cada vez mais ajustadas às realidades locais e às necessidades individuais, de forma a garantir a qualidade organizacional de todas as suas estruturas e a conferir uma gestão eficaz e eficiente da Escola enquanto organização.

Falar no *Projecto Educativo de Escola* (PE) significa questionarmo-nos sobre a possibilidade das escolas traçarem um caminho próprio, dando expressão concreta a princípios de autonomia, participação e eficácia educativa e desenvolvendo competências nos domínios cultural, pedagógico, administrativo e patrimonial. O presente documento, que revê, reestrutura e actualiza os anteriores PE, deve ser entendido numa lógica de coerência e articulação com outros documentos orientadores da escola, enquanto instrumentos operativos, nomeadamente o Regulamento Interno (RI), o Projecto Curricular de Escola (PCE); o Plano Anual de Actividades (PAA) e o Projecto de Orçamento (PO).

Em termos gerais, a sua estrutura assenta, fundamentalmente nos seguintes pilares:

- Missão e visão de Escola;
- Princípios e valores;
- Caracterização da Escola;
- Objectivos gerais (finalidades)
- Intervenientes e Áreas de Intervenção (Plano de Acção)
- Avaliação do Projecto.

## 2. MISSÃO

A Missão da Escola é inerente à sua criação e integração no sistema educativo. Contudo, a comunidade educativa deve apropriar-se dessa missão, interpretá-la e conferir-lhe um sentido local mais adequado às suas necessidades, traduzido na mobilização colectiva e diária em prol do sucesso educativo.

O P.E. enquanto documento orientador da vida da Escola destinado a assegurar coerência e a unidade da acção educativa, assume-se assim como uma planificação estratégica definida a longo termo que será operacionalizada através do PAA, PCE, RI e PO, com vista a cumprir a seguinte missão:

*“Promover o sucesso educativo numa Escola de qualidade”*

## 3. VISÃO

Assim, para a concretização desta Missão, em termos estratégicos, é definida a seguinte VISÃO:

*“ Consolidar o estatuto de Escola de referência, centrada na qualidade e rigor do processo de ensino e aprendizagem e na formação para a cidadania”*

Nesta Visão, o conceito de “escola de referência” assume capital importância na promoção de uma cultura de qualidade e rigor, tendo por base um conceito alargado de currículo que integre todas as actividades de aprendizagem proporcionadas pela escola, quer estas resultem de intenções e propósitos explícitos, quer decorram da própria organização interna.

## 4. PRINCÍPIOS E VALORES

Em complementaridade com a Missão e a Visão, os Valores são parte intrínseca da identidade da Escola perante a comunidade educativa, constituindo-se também como pilar deste P.E.

Os valores prosseguidos representam um compromisso de natureza cívica, profissional e social para todos os membros da comunidade educativa, potenciam a qualidade do sucesso educativo (Missão), inscrevem a ESFD como escola de referência (Visão) e são os seguintes:

- A **formação integral do aluno**, nos domínios afectivo, social, motor, cognitivo e metacognitivo, com vista à integração de saberes e desenvolvimento de competências;
- A **alfabetização cultural**, consubstanciada no papel da escola nas suas funções socializadora, personalizadora, formativa e instrutiva, com vista à promoção do sucesso e ao desenvolvimento de cidadãos activos e interventivos;
- A **integração**, como pressuposto de uma identidade da escola inserida no contexto local, através do conhecimento e respeito pelos valores tradicionais e vocações específicas e aberta às dinâmicas de mudança, consubstanciadas nos desafios de uma sociedade multicultural de informação e conhecimento;
- O **pluralismo**, através do respeito pela autonomia, pelos valores democráticos e de participação alargada, com base no funcionamento de estruturas participadas pela comunidade educativa;
- Uma **imagem positiva**, assente num clima de escola que contemple um bom ambiente de trabalho, no plano dos recursos educativos, no funcionamento das estruturas e no relacionamento interpessoal e que potencie os afectos e o sentimento de pertença e afiliação face à Escola;
- A **Língua Portuguesa**, como matriz da identidade pessoal e social e como suporte de aquisições múltiplas, de aprendizagem e formação ao longo da vida;
- A **abertura da Escola ao meio**, num quadro alargado de intercâmbio de conhecimentos, saberes, experiências e serviços, com benefício mútuo;
- A **avaliação**, como uma cultura formativa de escola, através do recurso a diferentes estratégias de monitorização do desempenho, com enfoques específicos ou globais, que tenham como objectivo reforçar a auto-estima institucional e melhorar os níveis de eficácia e eficiência.

## 5. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

### 5.1. ESBOÇO DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA

A actual Escola Secundária com 3º Ciclo do Ensino Básico de Ferreira Dias prolonga no tempo a Escola Comercial e Industrial de Sintra, que foi construída no contexto da criação de novas escolas técnicas por parte do Estado Novo, sobretudo a partir da década de 1950. Visava-se, então, estabelecer uma ligação entre a educação e o crescimento industrial. O percurso histórico deste estabelecimento de ensino regista os seguintes momentos:

- A **4 de Julho de 1959** (Dec. Lei N.º 42.368) é criada a Escola Industrial e Comercial de Sintra que veio a ser construída em Aigualva-Cacém, na Quinta da Nora. Esta escola funcionou inicialmente no edifício conhecido por “Escola Velha” e a sua direcção foi confiada a Aires António Argel de Melo e Silva Biscaia, professor efectivo, licenciado em Ciências Matemáticas. Nesta altura, havia 201 alunos, distribuídos por 7 turmas e a leccionação estava a cargo de 13 professores.
- Em **26 de Junho de 1961** começou a ser construído o edifício actual, tendo sido inaugurado no ano lectivo de 1963/64. No entanto, o rápido crescimento da população escolar levou à construção de pavilhões provisórios com salas de aulas, até à conclusão deste novo edifício. No ano lectivo de 1963/64 a população escolar aumentou para 2404 alunos, 84 turmas e 96 professores.

- A **28 de Outubro de 1971** (Decreto nº457) verificou-se o desdobraimento da Escola Comercial e Industrial de Sintra em duas escolas: a Escola Industrial Ferreira Dias e a Escola Comercial Gama Barros. Estas duas escolas funcionaram no mesmo edifício durante anos. Será curioso lembrar a designação de “Ferreira Dias” atribuída à então Escola Industrial – José do Nascimento Ferreiras Dias Júnior, Ministro da Economia de Salazar entre 1958 e 1962. Este Engenheiro Electrotécnico e de Máquinas foi um dos impulsionadores, na década de 40, dos Cursos Técnicos de Mecânica e Electricidade bem como da formação de Serralheiro Montador Electricista. Em meados da década de 70 a população escolar chegou a ultrapassar os 6000 alunos.
- A designada **Reforma Veiga Simão**, através da Lei nº 5/73 alterou a designação das escolas: Conservaram-se os Liceus, mas as Escolas Industriais passaram a Técnicas.
- **Em 1975**, a criação do Ensino Secundário unificado vem abolir as distinções entre Escolas, passando a designar-se por Secundárias – Escola Secundária Ferreira Dias e Escola Secundária Gama Barros.
- **A saída da Gama Barros em 1987**, provoca o desaparecimento de algumas instalações provisórias e a consequente libertação de espaços exteriores. Esta fase permitiu que a escola adquirisse uma lógica de funcionamento mais autónoma, apesar da sua designação e funcionamento ser a de uma escola secundária normal.
- **A partir da década de noventa** revela-se uma escola secundária que manteve fidelidade à sua vocação inicial, garantindo a leccionação de cursos científicos e de carácter profissionalizante, na área de Electrotecnia e Mecanotecnica, bem como cursos de prosseguimento de estudos nas áreas de Ciências, Artes, Desporto e Humanidades.
- **No início do século XXI**, com a nova revisão curricular do ensino secundário, a escola integrou também a leccionação do Curso Tecnológico de Multimédia. Relativamente ao ensino básico a oferta de escola traduz-se na leccionação das disciplinas de Atelier de Artes e de Expressão Dramática.
- As modalidades de educação, de ensino e de formação subjacentes à actividade formativa da ESFD são: ensino regular (3º CEB e ensino secundário), cursos de educação e formação de jovens, cursos científico-humanísticos, cursos profissionais, cursos de educação e formação de adultos, e Ensino recorrente por Módulos.

## 5.2. PATRONO DA ESCOLA

José do Nascimento Ferreira Dias Júnior nasceu em Lisboa a 11 de Outubro de 1900 e morreu na mesma cidade em 19 de Novembro de 1966.

Em 1918 conclui o Curso Liceal (secção de ciências, no Liceu Camões em Lisboa) e seis anos mais tarde termina, com elevada classificação, os cursos de Engenharia Electrotécnica e de Engenharia Mecânica, no Instituto Superior Técnico (IST).

Em 1925 inicia a sua actividade profissional na Companhia União Fabril (CUF), onde se manteve até 1928.

Em 1931 é nomeado director dos Serviços Eléctricos da Administração Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, para mais tarde, em 1936, ser nomeado Presidente da Junta de Electrificação Nacional, ao mesmo tempo integrava a comissão de reforma do Ensino Técnico.

Aos 40 anos chegou ao governo, onde desempenhou o cargo de Subsecretário de Estado do Comércio e Indústria (1940-1944). Graças à sua acção no desempenho deste cargo é aprovada na Assembleia Nacional a lei de Electrificação Nacional, promulgada em 1944 e a Lei do Fomento e Reorganização Industrial, promulgada a 14 de Março de 1945.

Dois anos mais tarde publica o livro *Linha de Rumo – Notas da Economia Portuguesa*, distinguido com o prémio Anselmo de Andrade.

Em 1947 é nomeado Presidente da Companhia Nacional de Electricidade e no ano seguinte assume a Presidência do Conselho de Administração do Metropolitano de Lisboa. Também foi presidente da Ordem dos Engenheiros, entre 1945 e 1947.

Por ter desenvolvido uma intensa actividade na área da electricidade, foi considerado o mentor do sector eléctrico nacional.

Uma década depois é eleito presidente da Câmara Corporativa, donde saiu directamente para o mais alto cargo da sua carreira política: Ministro da Economia, para o qual foi nomeado em 1958 e exonerado em 1962, tendo regressado à leccionação no IST.

Ferreira Dias ainda exerceu muitos outros cargos mas, do seu currículo, o ensino tem particular significado desde 1928. Foi professor no Instituto Superior Técnico, tendo aí, nomeadamente, sido 1.º Assistente da cadeira de Máquinas Eléctricas e regido as cadeiras de Teoria da Electricidade, de Corrente Contínua e de Corrente Alternada.

Ferreira Dias dedicou apaixonadamente a sua vida ao ensino e ao desenvolvimento industrial e económico do País, nomeadamente no âmbito da electrificação nacional. Compreende-se, assim, a homenagem que lhe foi prestada ao atribuir-se o nome do Eng. Ferreira Dias, no ano de 1971, à Escola Industrial e Comercial de Sintra. Quando da construção do edifício da escola o Eng. Ferreira Dias era Ministro da Economia, tendo sido um dos responsáveis governamentais pelo nascimento da Escola Industrial e Comercial de Sintra e um dos impulsionadores, na década de 40, dos cursos de Formação de Serralheiro e Formação de Montador Electricista.

Em 1991 Ferreira Dias foi recordado com saudade por uma homenagem que teve a iniciativa e patrocínio da EDP, do Metropolitano de Lisboa, da Universidade Técnica de Lisboa (IST e ISEG) e da Ordem dos Engenheiros. Do programa de iniciativas destacaram-se a inauguração do Auditório Ferreira Dias no Museu da Electricidade, o lançamento do livro *IN MEMORIAM J. N. Ferreira Dias Jr.*, uma sessão pública de homenagem, a reedição do Volume I da obra *Linha de Rumo – Notas de Economia Portuguesa* e edição do Volume II que o autor não chegou a publicar.

Também a Escola Secundária de Ferreira Dias o homenageou, nas comemorações do 25º aniversário da Escola, ao realizar uma sessão solene de homenagem (1984-11-16), com a presença de Elisa Ferreira Dias, esposa do homenageado e o descerrar, no átrio principal do edifício da Escola, do busto do patrono, da autoria de Lívio de Moraes, artista plástico, à data professor nesta Escola.

### 5.3. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E SÓCIO-CULTURAL

A área geográfica da cidade de Aqualva-Cacém é um aglomerado populacional caracterizado pelo desordenamento urbanístico e explosão demográfica, o que lhe confere uma imagem própria num contexto algo complexo.

A Escola encontra-se situada num local privilegiado em termos de acessibilidades, o que só por si constitui um factor de valorização deste estabelecimento de ensino. Relativamente a esta localização geográfica importa salientar um conjunto de aspectos que estão na base da sua procura pela comunidade como local de eleição:

- A Escola encontra-se integrada no maior centro habitacional do concelho de Sintra (mais de 100 mil habitantes);
- A sua localização beneficia de situação privilegiada, próximo da artéria principal da cidade; da estação de comboios de Aqualva-Cacém e da paragem de autocarros;
- Estudos demográficos apontam o concelho de Sintra como sendo o mais jovem do país, o que contraria a tendência generalizada para o decréscimo da população em diferentes localidades, uma vez que ainda se encontra em franca expansão;
- A Escola funciona nos regimes diurno e nocturno, possuindo uma oferta curricular diversificada, o que permite que alunos com diferentes idades, perfis e expectativas face à Escola, encontrem nela um lugar de plena integração;

Integrada na Área Metropolitana de Lisboa e com boas acessibilidades, Aqualva é uma freguesia suburbana, onde o crescimento se tem verificado sem preocupações com a qualidade de vida dos seus habitantes, facto que recentemente foi levemente contrariado pelo programa Polis. Este programa requalificou o centro da cidade, melhorou os problemas de circulação e de estacionamento e aumentou significativamente os espaços verdes, o que, devido ao impacto que as alterações induziram na vivência de toda a população, melhorou o ambiente urbano.

A maioria dos residentes na freguesia, 60%, ocupa-se preferencialmente no sector terciário, fora da localidade, originando fortes movimentos pendulares. As deslocações diárias, cada vez mais complexas e desgastantes, fazem-se não só em direcção à cidade de Lisboa, mas também entre as freguesias e concelhos limítrofes, o que origina o congestionamento dos principais acessos rodoviários.

A população possui níveis bastante baixos de qualificação académica: apenas 6,7% tem um curso médio e 19,2% tem o Ensino Secundário, existindo cerca de 12,3% de analfabetos. Este aspecto, aliado à diversidade de origens da população, implica uma grande heterogeneidade de mentalidades e de

expectativas, bem como situações complexas de inadaptação a novos contextos sócio culturais, o que gera alguns casos de marginalidade social.

Podemos, assim, dizer que o meio envolvente é complexo e que a população apresenta grandes diferenças culturais e socioeconómicas que tendem a acentuar-se devido ao agravamento da situação económica e financeira do país.

É de salientar ainda o reconhecimento social da Escola, que se traduz por gerações sucessivas de munícipes terem efectuado o seu percurso escolar na nossa Escola, a mais antiga do concelho, e que valorizam a qualidade do trabalho desenvolvido pelos seus profissionais.

#### 5.4. ALUNOS

A escola é frequentada, no ensino diurno, por cerca de 1600 alunos e, no ensino nocturno, por cerca de 500 alunos distribuídos pelo terceiro ciclo do ensino básico e pelo ensino secundário.

Neste momento, há uma tendência crescente de alunos oriundos de vários países (Leste Europeu, PALOP, Brasil, entre outros), acentuando-se a necessidade de a Escola estar atenta e preparada para acolher a diversidade multicultural dos alunos e suas famílias, contribuindo para uma melhor integração sócio-afectiva e cultural, tendo em vista a promoção do sucesso escolar para uma cidadania plena.

Também o envolvimento dos Alunos na Vida da Escola, para além do previsto na Lei, é uma das suas preocupações prioritárias.

A Escola, consciente do seu papel socializador e personalizador, procura promover a integração de todos os alunos, atendendo, na medida do possível, às suas características individuais, aos seus interesses, vocações e expectativas, tendo em vista a promoção do sucesso e a sua auto-realização pessoal e social.

Por outro lado, tenta sensibilizar a população escolar para a importância do desempenho de outro tipo de papéis, de verdadeiro exercício de uma cidadania activa, participativa e solidária e que se traduz pela assunção de funções de responsabilidade, em diferentes contextos da vida da escola, designadamente:

- Delegado e Subdelegado de Turma
- Membro do Conselho Pedagógico
- Membro do Conselho Geral
- Membro da Associação de Estudantes

## 5.5. PESSOAL DOCENTE

É de cerca de 230 (duzentos e trinta) o número de professores de que a Escola necessita todos os anos, dos quais 175 (cento e setenta e cinco) são do quadro, o que representa 76% do total.

Existe, da parte do corpo docente, preocupação em responder às necessidades educativas de cada aluno, tanto no que diz respeito ao seu atendimento personalizado e às dificuldades de aprendizagem, como às suas diferentes capacidades e aptidões.

O seu empenho e dedicação são uma das principais mais-valias da organização escolar e a sua disponibilidade para o envolvimento em novos projectos é também relevante. Tanto alunos como encarregados de educação reconhecem a disponibilidade dos professores em participar na vida da Escola muito para além da sua actividade lectiva.

Relativamente à distribuição dos professores segundo o género, a idade, as habilitações e a situação profissional, destacam-se os seguintes indicadores:

- Predomínio do género feminino sobre o masculino, na proporção de 72,6% sobre 27,40;
- O nível etário do corpo docente situa-se maioritariamente entre os 40 e os 60 anos (69.1%);
- A Licenciatura é o principal grau académico (89.1%), há 6.7% dos professores que possuem o grau de Mestre, 4.8 têm o bacharelato e uma reduzida percentagem adquiriu o doutoramento (0.4%);
- Na situação profissional é significativo o facto de 96,5% pertencerem ao Quadro de Escola e apenas 3.5% serem contratados.

Para além da constante procura de conhecimentos científicos ao nível da sua área curricular, são preocupações dos docentes da Escola: melhorar e adaptar os seus conhecimentos das TIC à prática lectiva, encontrar e aplicar experiências inovadoras no processo de ensino e aprendizagem e aprender competências organizacionais para melhor desempenhar as inúmeras tarefas que lhe são solicitadas na sua profissão docente.

Podemos sintetizar, dizendo que a idade média dos professores associada ao grau académico e à sua situação profissional (maioritariamente do quadro), conferem estabilidade e experiência profissional, o que assegura a qualidade do ensino ministrado na Escola. É aqui que se identifica a cultura de Escola, denominada por «**A FERREIRA**», traduzida no reconhecimento da qualidade dos serviços prestados, na procura de oferta por parte de alunos e professores junto deste estabelecimento de ensino.

## 5.6. PESSOAL NÃO DOCENTE

O total de assistentes técnicos e operacionais cifra-se em cerca de 65 (sessenta e cinco). Este grupo tem-se revelado empenhado na qualidade do serviço, sendo um número muito reduzido face às necessidades existentes. Este aspecto, tem causado grandes constrangimentos ao bom funcionamento de alguns sectores.

Do total referido, quinze funcionários pertencem ao sector administrativo, existindo um técnico superior, uma psicóloga, duas técnicas do SASE, uma das quais trabalha noutra escola e quarenta e oito assistentes operacionais, anteriormente designados por auxiliares de acção educativa.

A afectação do pessoal por relação jurídica de emprego é predominantemente feita por nomeação, existindo entre os assistentes técnicos, anteriormente denominados de administrativos, dois contratos de trabalho a termo certo e dois contratos individuais de trabalho; entre os assistentes operacionais existem seis contratos de trabalho a termo certo e seis contratos individuais de trabalho.

Em termos gerais podemos valorizar os seguintes aspectos:

- Predomina o género feminino sobre o masculino, na proporção de 78.5% sobre 21.5%;
- O nível etário do pessoal não docente situa-se maioritariamente entre os 40 e os 60 anos (69,2%);
- 35.4% do pessoal não docente possui o 3º Ciclo como habilitações literárias, 29.2% concluiu o 1º Ciclo e o Ensino Secundário 21.6%;
- Quanto à situação profissional a maioria são do quadro ( 75.4%), cabendo aos contratados a termo certo uma percentagem de 12.4% e os funcionários com contrato individual de trabalho representam igualmente 12.4%.

A formação de pessoal não docente é um direito e uma responsabilidade da Escola e destina-se a assegurar a actualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à actividade profissional, devendo ser oferecida em função do Projecto Educativo.

## 5.7. RECURSOS EDUCATIVOS

### Espaços de Aula /Equipamentos Educativos

Os recursos materiais/equipamentos didácticos constituem um factor importante de sucesso educativo, permitindo responder às necessidades específicas das diferentes áreas curriculares, bem como ao desenvolvimento de projectos e iniciativas que dinamizem a escola.

A caracterização dos equipamentos e materiais de suporte à acção educativa permite-nos identificar diversas tipologias de espaços educativos existentes na Escola, designadamente:

- Salas de aula comuns;
- Salas específicas (T.I.C., Educação Tecnológica e Artes Visuais);
- Laboratórios (Biologia, Geologia, Física, Química, Matemática, Electricidade e Mecânica);
- Oficinas (Electricidade, Mecânica e Artes Visuais);
- Instalações Desportivas (Ginásios, Polidesportivo Exterior e Parede de Escalada).

Face à quantidade e diversidade de materiais existentes, é fundamental que seja efectuada uma gestão racional, de forma a salvaguardar as condições de utilização, conservação e segurança. Esta gestão é assegurada pela Direcção, em estreita articulação com os Directores de Instalações (DI), o Coordenador dos DI e pelo Gabinete de Prevenção e Segurança.

É essencial que se desenvolva um esforço no sentido de dotar todos os espaços educativos com os materiais e equipamentos considerados essenciais para o desenvolvimento das diversas actividades, criando condições efectivas de suporte à acção educativa, face às novas exigências de uma sociedade do conhecimento e informação.

Numa altura em que se aguarda que durante a vigência deste PE, a Escola sofra a intervenção da Parque Escolar, com vista à modernização e requalificação acentuadas destes recursos, aqui fica registada a nossa convicção de que essa melhoria venha a corresponder às necessidades efectivas da Escola.

## 5.8. PLANOS CURRICULARES E OFERTA DE ESCOLA

### **5.8.1 – Ensino Básico**

#### **Ensino regular**

- Atendendo aos princípios orientadores da organização e gestão da educação e formação básica e que se aplicam a todas as ofertas formativas, segundo o D.L. nº 6/2001, de 18 de Fevereiro, a formação geral engloba os currículos nacionais, isto é, o conjunto de aprendizagens e competências a desenvolver pelos alunos ao longo do ensino básico.

#### **Cursos de Educação e Formação de Jovens**

Para assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória em alternativa ao ensino básico geral e combater a exclusão, as escolas dispõem de dispositivos de organização e gestão do currículo, destinados especialmente a alunos que revelem insucesso escolar repetido ou problemas de integração na comunidade educativa, aos quais, para além da formação escolar, se pode conferir um certificado de qualificação profissional. Neste caso a Escola oferece o Curso de Electricista de Instalações, de tipo 3.

No Ensino Nocturno, o 3º Ciclo do Ensino Básico é facultado aos alunos pelos cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) do tipo B3 de certificação escolar ou de dupla certificação (escolar e profissional).

### **5.8.2 – Ensino Secundário**

O ensino secundário visa proporcionar formação e aprendizagem diversificados. A ESFD opta por oferecer os seguintes cursos, de acordo com o D.L. nº 74/2004, de 26 de Março:

- Cursos Científico-Humanísticos, vocacionados para o prosseguimento de estudos de nível superior.
- Cursos Tecnológicos (a extinguir em 2010), orientados na dupla vertente de inserção no mercado de trabalho e do prosseguimento de estudos.
- Cursos Profissionais vocacionados para a qualificação inicial dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos.
- Cursos de Educação e Formação de Adultos, os quais se destinam aos cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos à data do início da formação, não qualificados ou sem qualificação adequada para efeitos de inserção no mercado de trabalho e que não tenham concluído sequer a escolaridade básica de quatro, seis ou nove anos de escolaridade. Estes cursos podem conferir a certificação escolar ou dupla certificação.

As disciplinas de oferta da Escola devem resultar de um longo período de debate, ponderando-se vantagens e desvantagens, recursos humanos e materiais e interesses dos alunos. Desta forma, a Escola oferece para a componente de Educação Artística do 3º Ciclo do Ensino Básico a disciplina de *Atelier de Artes*, podendo vir a oferecer outro que resulte das condições enunciadas e cuja operacionalização seja também da conveniência da escola.

No Ensino Secundário, em regime diurno, nos cursos Científico-Humanísticos, a oferta formativa inclui Ciências e Tecnologias, Artes Visuais e Línguas e Humanidades.

A oferta formativa contempla ainda Cursos Profissionais: Técnico de Electrónica, Automação e Comando; Técnico de Electrónica, Automação e Computadores; Técnico de Design Gráfico; Técnico de Turismo; Técnico de Manutenção Industrial na variante de Mecatrónica Automóvel.

Em regime nocturno, o Ensino Recorrente de nível Secundário inclui Ciências e Tecnologias, Ciências Sociais e Humanas e Línguas e Literaturas, bem como o curso Tecnológico de Electrotecnia/Electrónica (último ano 2009/2010) e Cursos EFA (certificação escolar ou dupla certificação) – Técnico de Informação e Animação Turística e Técnico de Electrónica de Computadores. Nestes últimos, se a procura o justificar, poderá oferecer-se mais alternativas.

A organização e a gestão do currículo do nível secundário subordinam-se aos seguintes princípios orientadores:

- Flexibilidade na construção de percursos formativos;
- Valorização da aprendizagem das tecnologias de informação e comunicação;
- Enriquecimento das aprendizagens, através do alargamento da oferta de disciplinas, em função do Projecto Educativo de Escola (PE).

Na educação extra-escolar a Escola oferece, em regime nocturno, o curso PORTUGUÊS PARA TODOS – PPT, dirigido à população emigrante adulta, que lhe poderá permitir o acesso à nacionalidade e à autorização de residência permanente.

## **6. CRITÉRIOS GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA ESCOLA.**

### *6.1 – CONSTITUIÇÃO DE TURMAS*

Para além do estabelecido no Despacho conjunto nº 14026 / 2007, que regulamenta a constituição de turmas, a escola considera ainda como relevantes os seguintes critérios:

- Continuidade com a turma do ano anterior ou da escola de origem;
- Idêntica Língua Estrangeira;
- Preferência de Turno (alunos atletas federados e casos excepcionais indicados por razões médicas);
- Opções e cursos pretendidos;
- Indicações oriundas dos Conselhos de Turma do ano lectivo anterior, nomeadamente no que diz respeito a problemas disciplinares.

A Direcção da Escola, por razões de serviço, para garantir o cumprimento dos princípios enunciados na lei e na sequência das competências que lhe estão atribuídas, reserva a possibilidade de proceder a alterações às propostas enunciadas pelos conselhos de turma, directores de turma ou pais e encarregados de educação, sobre esta matéria.

## 6.2 – ELABORAÇÃO DOS HORÁRIOS DAS TURMAS

Na elaboração dos horários semanais de cada turma, deve dar-se cumprimento ao Despacho 19117/2008.

- As disciplinas de Línguas Estrangeiras e de Educação Física não devem ser leccionadas em dias seguidos.
- Sempre que as actividades escolares decorrem no período da manhã e da tarde, o intervalo do almoço não poderá ser inferior a uma hora para estabelecimentos de ensino dotados de refeitório e de uma hora e trinta minutos para os restantes.
- As aulas de Educação Física só poderão iniciar-se uma hora depois de findo o período que a escola definiu para o almoço para os alunos que possuem aulas nos dois turnos (manhã e tarde).
- O horário deve ter uma distribuição lectiva equilibrada, de modo a que não existam dias muito sobrecarregados.
- Nos dias com um maior número de aulas, os horários deverão ter uma distribuição onde se integrem disciplinas de carácter teórico e disciplinas de carácter prático.
- No mesmo dia, o número de aulas curriculares não deve ultrapassar os 4 blocos.
- Na distribuição da carga lectiva semanal deve evitar-se a existência de aulas isoladas num dos turnos e de furos.

Os critérios internos para a elaboração de horários são os seguintes:

- Distribuição equitativa de todos os anos/turmas pelos turnos.
- Alternância dos turnos com o ano anterior.
- Na Área de Projecto, os alunos deverão ter as aulas numa sala apetrechada com material informático, tendo em particular atenção os alunos do 7º ano, 9º ano (45') e 12º ano.
- Evitar que os blocos semanais da mesma disciplina sejam todos em dias consecutivos, incluindo a 6ª e 2ª feira.
- Em cada disciplina evitar que a turma tenha sempre as aulas no mesmo tempo do turno durante a semana (especialmente se for o 1º ou o último tempo do turno).

**Nota** – Não sendo possível manter uma distribuição equilibrada dos tempos lectivos, incluídos no turno oposto ao predominante, apenas em dois dias da semana, devem os órgãos competentes definir critérios alternativos que minimizem estas situações.

## 6.3 – DESDOBRAMENTO DE TURMAS

### 6.3.1 – 3º Ciclo do Ensino Básico

De acordo com o Anexo I do Despacho nº14026/2007, as turmas são desdobradas em dois turnos para que metade dos alunos trabalhe em Educação Tecnológica e a outra metade na disciplina da Educação Artística, trocando depois, a meio do ano, numa organização equitativa.

A avaliação sumativa interna das disciplinas de Educação Tecnológica e disciplina da área de Educação Artística processa-se do seguinte modo:

- Para a atribuição das classificações, o conselho de turma reúne extraordinariamente no final do 1º semestre e ordinariamente no final do 3º período;
- A classificação atribuída no 1º semestre fica registada em acta e, à semelhança das classificações das outras disciplinas, está sujeita a ratificação do Conselho de Turma de avaliação, no final do 3º período;
- No final do 1º e 2º períodos, a avaliação assume um **carácter descritivo para as disciplinas** que se iniciam no 1º e 2º períodos, respectivamente, devendo o Director de Turma solicitar aos professores destas disciplinas uma síntese descritiva.

### 6.3.2 – Ensino Secundário

De acordo com o Anexo I do Despacho nº14026/2007, nas turmas do Ensino Secundário deve contemplar-se o máximo possível de horas de desdobramento nas disciplinas da Formação Específica, tendo em consideração a capacidade das instalações. De acordo com o despacho 14758/2004 deve existir desdobramento, nas disciplinas de carácter laboratorial da componente de formação científica e nas disciplinas de carácter laboratorial, oficinal, informático e artístico da formação técnica.

#### 6.4 – ATRIBUIÇÃO DO REMANESCENTE (COMPONENTE NÃO LECTIVA)

- O Director, ouvidos o Conselho Pedagógico e as Estruturas de Coordenação Intermédias, procederá à distribuição destas horas, de acordo com as orientações e os princípios determinados na lei;
- Privilegiar-se-á a distribuição destas horas de forma a garantir o Apoio Pedagógico aos Alunos;
- No horário dos docentes deve estar contemplado o período para esse apoio, em horário compatível com os horários dos alunos.

#### 6.5 – ATRIBUIÇÃO DAS HORAS DA COMPONENTE DE ESTABELECIMENTO (CE)

O Director, ouvidos o Conselho Pedagógico e as Estruturas de Coordenação Intermédias, procede à distribuição das horas de CE de acordo com as orientações e os princípios determinados na lei (artigo 82º do Decreto-Lei nº 270/2009 de 30 de Setembro), incluindo as horas de redução resultantes da aplicação do art.º 79 do ECD, de forma a garantir as restantes actividades de coordenação, articulação, planificação, enriquecimento curricular ou extracurricular, avaliação, produção e divulgação de materiais didácticos, elaboração e condução de projectos educativos que, apesar de contemplados nos horários dos docentes, são de gestão flexível no âmbito dos departamentos ou estruturas que os coordenam.

Nesta matéria, reconhece-se a complexidade das actividades a desenvolver pelos docentes bem como a necessidade de autonomia para a sua execução. Assim, no final do ano lectivo, ou periodicamente, conforme os casos, proceder-se-á à elaboração de relatórios de acompanhamento e avaliação destas actividades.

### 7. OBJECTIVOS GERAIS (FINALIDADES)

O Projecto Educativo desenvolve-se com base nos seguintes objectivos gerais:

1. Promover um **sentimento de pertença**, sustentado em valores e princípios comuns, no reconhecimento do passado, na partilha de uma cultura de escola, consubstanciado na abertura ao diálogo e à tolerância e na adaptação à mudança;
2. Promover a **qualidade das aprendizagens**, tornando-as activas, significativas, integradoras, funcionais e duradouras, em ordem a promover o sucesso educativo e a sua qualidade, bem como combater o abandono escolar;

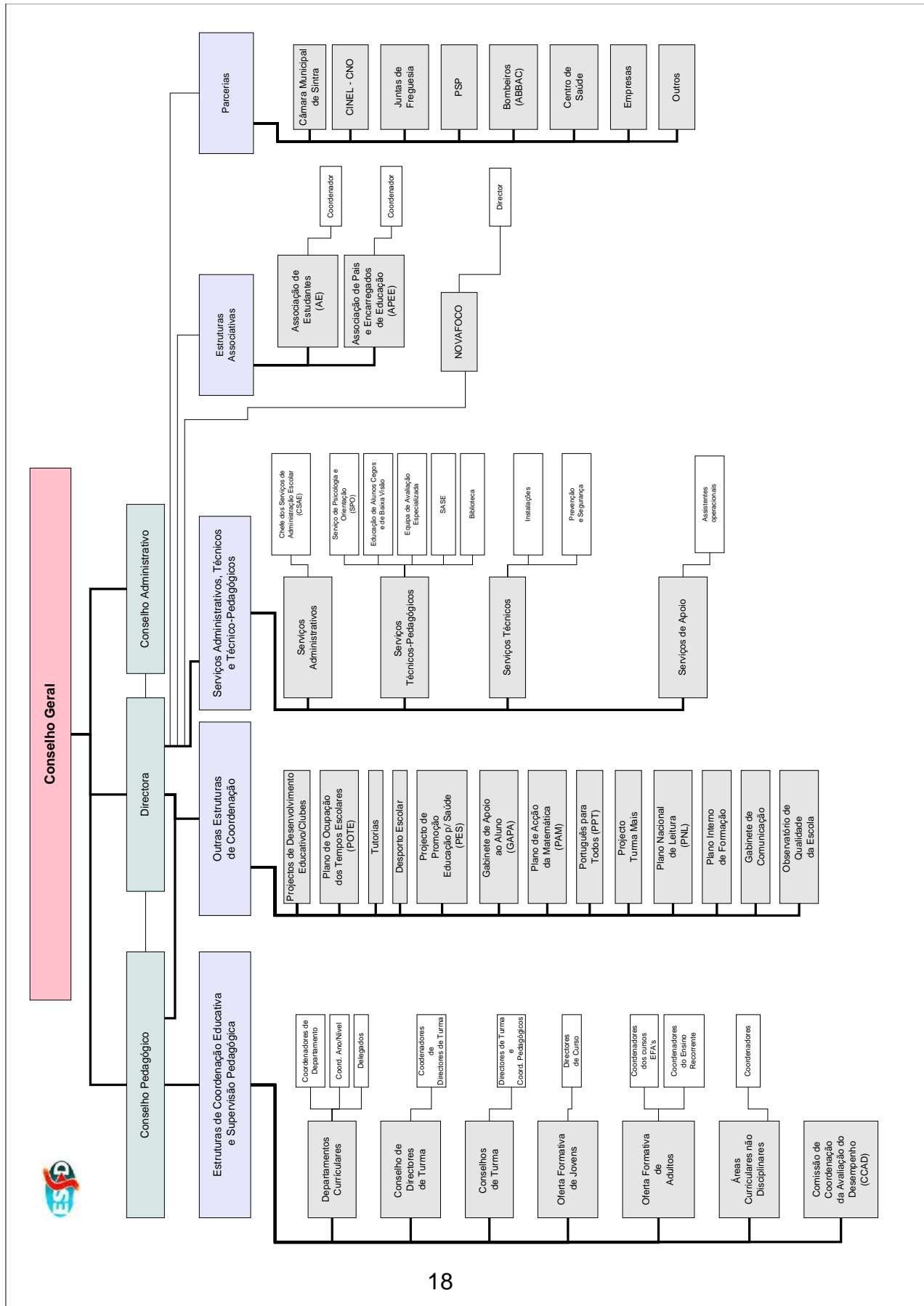
3. Promover a **gestão eficaz e eficiente** da Escola, apelando à participação e responsabilização dos diversos membros da comunidade educativa, incentivando práticas centradas nas lideranças intermédias e no exercício efectivo de funções de coordenação e supervisão pedagógica;
4. Contribuir para a **autonomia pedagógica** da Escola, viabilizando a contextualização de currículos, adequando-os aos interesses locais e às aspirações e perfis de competências dos alunos, proporcionando a diversidade formativa e respeitando o princípio da interdisciplinaridade, da educação para a cidadania, da educação para a saúde e da valorização da dimensão humana do trabalho;
5. Optimizar os **espaços da Escola** numa perspectiva de polivalência, multifuncionalidade, valorização estética e humanização, rentabilizando os recursos materiais e tecnológicos existentes;
6. Incentivar a **formação contínua** de acordo com as reais necessidades da Escola, numa perspectiva de valorização profissional dos seus agentes e de desenvolvimento organizacional e institucional;
7. Estabelecer formas de cooperação com a **comunidade**, através de parcerias/protocolos com entidades externas à escola, visando a concretização de projectos, actividades e troca de serviços de interesse comum;
8. Desenvolver **Projectos** interdisciplinares e de abertura à comunidade, dando continuidade à forte dinâmica que caracteriza a Escola, privilegiando a experimentação, o trabalho de pesquisa, o acesso a informação variada e em diferentes suportes, de forma a estimular atitudes de reflexão, sentido crítico, responsabilidade e criatividade.

## 8. INTERVENIENTES

O quadro orgânico e funcional da escola assenta, fundamentalmente, em cinco níveis de intervenção:

- Órgãos de Direcção, Administração e Gestão;
- Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica;
- Outras Estruturas de Coordenação;
- Serviços Administrativos, Técnicos e Técnico-Pedagógicos;
- Estruturas Associativas;
- Parcerias/Protocolos.

**ORGANOGRAMA:**



## 8.1. ÓRGÃOS DE DIRECÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

O Conselho Geral, a Directora, o Conselho Pedagógico e o Conselho Administrativo constituem os órgãos de gestão e administração da Escola. Estes órgãos exercem as suas funções de forma articulada, desenvolvendo competências nos domínios administrativo, pedagógico, cultural, financeiro e patrimonial. A composição de cada um destes órgãos encontra-se definida na lei e no R.I.

<b>Conselho Geral</b>	O Conselho Geral é o órgão de direcção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da actividade da Escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa.
<b>Director</b>	O Director é o órgão de administração e gestão da Escola, nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.
<b>Conselho Pedagógico</b>	O Conselho Pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da Escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didáctico, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente.
<b>Conselho Administrativo</b>	O Conselho Administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira da Escola, nos termos da lei.

## 8.2. ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO EDUCATIVA E SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

As Estruturas de Coordenação Educativa e Supervisão Pedagógica funcionam em articulação com o Director e o Conselho Pedagógico, sendo na ESFD as seguintes:

- a) Departamentos Curriculares – visam a articulação e gestão curriculares.

<b>Departamentos</b>	<b>Grupos Pedagógicos/Disciplinares</b>
Línguas	Português (300), Francês (320), Inglês (330) e Alemão (340)
Matemática e Ciências Experimentais	Matemática (500), Física e Química (510), Biologia e Geologia (520), Educação Tecnológica (530), Electrotecnia (540) e Informática (550)
Ciências Sociais e Humanas	História (400), Filosofia (410), Geografia (420), Sociologia (430) e EMRC (290)
Expressões	Artes Visuais (600), Educação Física (620) e Educação Especial (910, 920, 930)

- b) Conselho de Grupo, Conselho de Directores de Turma e o Conselho de Turma, cuja natureza e funcionamento estão de acordo com a legislação em vigor e em consonância com o RI.

c) Oferta Formativa de Jovens, funcionando na Escola os seguintes cursos:

- 3º Ciclo do Ensino Básico;
- Cursos Científico-Humanísticos;
- Cursos Profissionais de nível III;
- Cursos de Educação e Formação, Nível III.

d) Oferta Formativa de Adultos, englobando as seguintes modalidades de formação:

- Cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA);
- Ensino Recorrente por Módulos

e) Áreas Curriculares não Disciplinares – Área Projecto, Estudo Acompanhado e Formação Cívica – leccionadas segundo o estipulado no PCE e com supervisão dos respectivos coordenadores.

f) Comissão de Coordenação da Avaliação de Desempenho (CCAD), enquanto órgão consultivo e de apoio ao processo de avaliação do desempenho do pessoal docente em exercício de funções na Escola Secundária de Ferreira Dias, de acordo com o artigo 43.º do Estatuto da Carreira Docente, tal como é estabelecido pelo Decreto-Lei n. 15/2007, de 19 de Janeiro.

Estas estruturas de coordenação educativa e supervisão pedagógica são determinantes para garantir uma melhor eficiência e funcionalidade na Escola. Por isso, um dos pressupostos do desenvolvimento do PE é a aposta no papel das lideranças intermédias e no exercício efectivo destas funções de coordenação e supervisão. Por outro lado, importa, igualmente, fomentar a participação activa, responsável e cooperante dos elementos da comunidade educativa. Estes requisitos de natureza funcional serão determinantes e de alcance estratégico na intervenção direccionada para o clima e ambiente educativo.

### 8.3. OUTRAS ESTRUTURAS DE COORDENAÇÃO

Para além dos órgãos de gestão e administração da Escola identificados anteriormente, o Projecto Educativo consagra um quadro orgânico e funcional que valoriza outros actores e intervenientes decisivos para a concretização dos objectivos definidos, constituindo-se como estruturas de coordenação.

## Quadro Síntese:

Estrutura de Coordenação	Desenvolvimento/Caracterização
<b>1. Projectos de Desenvolvimento Educativo (Núcleos/Clubes)</b>	Agregam todas as actividades de extensão e complemento curricular, normalmente designadas por Núcleos/Clubes, sendo concretizadas para além do tempo lectivo dos alunos. São actividades desenvolvidas com carácter regular e de frequência facultativa dos alunos e integradas no Plano Anual de Actividades.
<b>2. Plano de Ocupação Plena dos Tempos Escolares (POTE)</b>	O POTE visa garantir a ocupação dos alunos com actividades relevantes para a sua formação, devido a ausência não prolongada do professor de determinada disciplina, nos casos de faltas não previstas. A ocupação dos tempos escolares dos alunos é feita pelo processo de substituição do professor em falta, ou pela permuta da actividade lectiva programada.
<b>3. Desporto Escolar</b>	O Projecto de Desporto Escolar de Escola enquadra-se no âmbito do Programa de Desporto Escolar e tem como principais características a plurianualidade das modalidades seleccionadas, a diversidade de actividades e a abrangência do público-alvo. Compreende o funcionamento de actividades desportivas internas e de preparação dos grupos-equipa para a competição externa.
<b>4. Promoção e Educação para a Saúde (PES)</b>	O Projecto de Promoção e Educação para a Saúde tem como objectivo prioritário a promoção da saúde no meio escolar, através da inclusão de temáticas de Promoção e Educação para a Saúde.
<b>5. Gabinete de Apoio ao Aluno (GAPA)</b>	O Gabinete de Apoio do Aluno é um serviço de apoio educativo, assegurado por docentes, visando apoiar os alunos na resolução de problemas pessoais e escolares.
<b>6. Plano de Acção da Matemática (PAM)</b>	O Plano de Acção da Matemática é um projecto de Escola que se desenvolve com o apoio específico do Ministério da Educação e que visa a melhoria das aprendizagens em Matemática, ensino básico. Este projecto tem uma duração de três anos e abrange todas as turmas do 3º ciclo do ensino básico da Escola.
<b>7. Projecto “Mais Sucesso Escolar”</b>	É um Projecto que se desenvolve em estreita colaboração com a DGIDC e que visa a melhoria do desempenho escolar de todos os alunos do 3º ciclo e o desenvolvimento da integração sócio-escolar e auto-estima dos alunos com mais dificuldades. Tem a duração de 4 anos e abrange três turmas do 7º ano e, sucessivamente do 8º e 9º anos.
<b>8. Tutorias</b>	O programa de tutorias visa garantir um acompanhamento específico da situação escolar de alguns alunos considerados de risco no que respeita à continuidade do seu percurso escolar. Destina-se a alunos com perfil comportamental diverso e complexo necessitando de um apoio

	individualizado e ajustado às suas capacidades e necessidades.
<b>9. Português Para Todos (PPT)</b>	“Português Para Todos” é um projecto que disponibiliza à população imigrante adulta cursos de Português Para Todos, que auxiliarão nos processos de acesso à nacionalidade e à autorização de residência permanente. A iniciativa insere-se numa perspectiva de educação permanente e visa facilitar a aprendizagem da língua portuguesa nas componentes de comunicação oral e escrita, favorecendo a inclusão social, profissional e cultural.
<b>10. Plano Nacional de Leitura (PNL)</b>	O Plano Nacional da Leitura (PNL) é um projecto de âmbito nacional da responsabilidade do Ministério da Educação em articulação com o Ministério da Cultura e o Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares. A nível de Escola, visa contribuir para o desenvolvimento e aprofundamento da leitura, quer em sala de aula, quer junto da comunidade escolar.
<b>11. Plano Interno de Formação (PIF)</b>	Em resposta às necessidades de formação interna da Escola é constituída uma estrutura coordenada pelo Director da Escola, tendo como missão elaborar, acompanhar e avaliar a execução do Plano Interno de Formação da Escola. Este Plano Interno de Formação representa uma aposta na formação e qualificação dos recursos humanos e visa estimular a partilha de experiências, conhecimentos e materiais.
<b>12. Gabinete de Comunicação</b>	O Gabinete de Comunicação é coordenado por um assessor do Director e visa assegurar a gestão da divulgação dos documentos estruturantes da Escola (PE, PCE, PAA e RI), a legislação publicada e outra documentação relevante para a Escola, bem como a divulgação interna de documentos de interesse para a comunidade escolar (publicidade fixa em locais próprios e devidamente identificada por quem a afixou).
<b>13. Observatório de Qualidade da Escola (Avaliação)</b>	De forma a assegurar a avaliação da escola enquanto instituição é constituído um Gabinete de Avaliação, coordenado pela Directora da Escola, funcionando como Observatório da Qualidade da Avaliação. A existência deste observatório permanente implica uma atitude reflexiva sobre as práticas desenvolvidas na Escola e os resultados obtidos, permitindo aferir a qualidade do serviço prestado.

**NOTA:** Sendo a Escola uma organização dinâmica, poderão vir a existir outras estruturas entretanto aprovadas nos órgãos competentes, para além das assinaladas no quadro síntese.

#### 8.4.SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, TÉCNICOS E TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

A Escola dispõe de serviços administrativos, técnicos e técnico-pedagógicos que funcionam na dependência da Directora e que se resumem no quadro seguinte:

Serviços	Órgão ou Estrutura de Coordenação	Desenvolvimento/Caracterização
		Os Serviços Administrativos compreendem as áreas de expediente, alunos, pessoal, Acção

<b>SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS</b>	Social Escolar (ASE), tesouraria e contabilidade, sendo dirigidos e coordenados pelo Chefe dos Serviços de Administração Escolar.	
<b>SERVIÇOS TÉCNICO-PEDAGÓGICOS</b>	<b>Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)</b>	O Serviço de Psicologia é uma unidade especializada de apoio educativo e a sua acção é desenvolvida essencialmente no apoio psicopedagógico a alunos, professores e encarregados de educação, no contexto das actividades educativas, na orientação escolar e profissional, no acompanhamento e avaliação dos Cursos de Educação e Formação e no processo de avaliação dos alunos com necessidades educativas especiais.
	<b>Educação de Alunos Cegos e Com Baixa Visão</b>	Na sequência do Dec. Lei nº3/2008, a ESFD é uma Escola de Referência para a Educação de Alunos Cegos e com Baixa Visão, constituindo uma resposta educativa especializada direccionada para a educação deste grupo alvo de alunos.
	<b>Equipa de Avaliação Especializada</b>	A Equipa de Avaliação Especializada destina-se a avaliar os alunos referenciados de acordo com o Decreto-lei nº3/2008 e que eventualmente possam vir a necessitar de respostas educativas no âmbito da Educação Especial. É constituída pelos docentes de Educação Especial, pelos técnicos dos Serviços de Psicologia e Orientação e outros técnicos considerados necessários no processo de avaliação. Esta equipa é coordenada por um dos seus elementos, por designação do Director.
	<b>Biblioteca</b>	É uma estrutura técnico-pedagógica, que funciona como um espaço aberto a toda a Comunidade Educativa, destinado a consulta e pesquisa em diversos suportes. Disponibiliza variados equipamentos, constituindo-se como um centro de recursos. Tem um papel informacional, transformativo e formativo e encontra-se integrada na Rede de Bibliotecas Escolares. A Biblioteca da ESFD concorre para prossecução dos princípios e valores contemplados no PE e desempenha um papel central nos domínios da leitura e da literacia da informação, no aprofundamento do conhecimento e da cultura, constituindo-se como pólo dinamizador da comunidade educativa
	<b>Serviços de Acção Social Escolar (SASE)</b>	Os Serviços da Acção Social Escolar funcionam na escola com o propósito de auxiliar os alunos inseridos em agregados familiares cuja situação sócio-económica é precária. Estes serviços são coordenados pelo Director da Escola e o seu funcionamento assegurado por um

		Assistente Técnico. Para além de assegurar o cumprimento de medidas de apoio sócio-educativo, cabe-lhe, ainda, organizar e gerir os serviços de refeitório, bares, papelaria e reprografia, Seguro Escolar, Transportes, bem como a atribuição de bolsas <i>de</i> mérito e subsídios.
SERVIÇOS TÉCNICOS	<b>Instalações e Equipamentos</b>	Trata-se de uma área com grande significado no dia a dia da Escola. Para o efeito, existe um coordenador dos Directores de Instalações.
	<b>Prevenção e Segurança</b>	Como forma de salvaguardar as condições de segurança estrutural e de utilização no interior do recinto escolar, bem como responder com maior eficácia às exigências de segurança no espaço escolar, é criado um Gabinete para este efeito.
SERVIÇOS DE APOIO	<b>Assistentes Operacionais</b>	Desempenho de tarefas constantes na Lei Nº 12-A/2008 de 27 de Fevereiro e de acordo com o artigo 114.º do Regulamento Interno.

## 8.5. ESTRUTURAS ASSOCIATIVAS

A dinâmica associativa na Escola assenta no funcionamento de duas estruturas: a Associação de Estudantes (AE) e a Associação de Pais e Encarregados de Educação (APEE).

### 8.5.1. Associação de Estudantes

É uma estrutura associativa representativa dos alunos da Escola, seguindo os princípios fundamentais de democraticidade, independência, autonomia e unidade e tendo como principais objectivos: representar os estudantes da escola; defender os seus direitos e interesses; promover a sua formação cívica, física, cultural e científica e contribuir para a sua participação na discussão e solução dos problemas educativos.

A Associação cumpre uma importante tarefa de mobilização e consciencialização dos estudantes com vista a uma participação responsável em todas as actividades associativas e escolares. Por outro lado, permite assegurar, de forma mais eficiente, a comunicação e a divulgação junto de todos os estudantes, bem como a reflexão sobre os problemas que os afectam na escola e na vida, em geral.

É essencial que todos os alunos eleitos para estes cargos assumam uma atitude coerente com as suas responsabilidades e contribuam para a criação de um clima de escola assente nos princípios da participação alargada e responsabilização colectiva.

### 8.5.2. Associação de Pais e Encarregados de Educação

Aos pais é reconhecido o direito de participação na vida da Escola através da sua organização em Associação. Este direito processa-se de acordo com o disposto na lei e concretiza-se através da organização e da colaboração em iniciativas, visando a promoção da qualidade do ensino e da humanização das escolas através de acções motivadoras da aprendizagem e da assiduidade dos alunos e em projectos de desenvolvimento sócio-educativo da Escola.

Os Pais e Encarregados de Educação desempenham diversas funções nos Órgãos de Gestão e Administração da Escola, integrando o Conselho Geral, o Conselho Pedagógico e os Conselhos de Turma.

Como parceiros na educação dos jovens e corresponsáveis pelo seu desempenho e sucesso escolar, é ainda solicitada a sua intervenção nos moldes definidos no RI em situações de avaliação sumativa extraordinária, conselhos de turma de âmbito disciplinar, contactos com o Director de Turma, entre outras situações de carácter pontual, tendo em vista a concretização dos Projectos Curriculares de Turma e de Escola.

No âmbito da participação dos Pais na vida da Escola realça-se a importância atribuída à relação escola-família na promoção do sucesso. Esta relação passa pela assunção de responsabilidades por cada uma das partes, sendo essencial que os pais assumam o seu papel em prol da Educação dos seus educandos.

### 8.6. PARCERIAS/PROTOCOLOS

Sendo a educação uma responsabilidade social, a escola procura a melhor articulação com outras estruturas e agentes locais, no sentido de rentabilizar recursos e esforços que garantam uma melhor e mais eficaz prestação do serviço educativo. A ESFD é uma Escola aberta à comunidade, por isso estabelece parcerias/protocolos de cooperação com diversas instituições públicas ou privadas, constituindo uma mais-valia na concretização de diversos projectos de interesse comum, quer a nível local, nacional ou até mesmo internacional.

Sem prejuízo de outros protocolos são bons exemplos de bom relacionamento as seguintes entidades:

- Câmara Municipal de Sintra;
- Juntas de Freguesia de Aqualva e do Cacém;
- Centro de Saúde EPS;
- Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde;
- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Aqualva-Cacém;
- PSP e Escola Segura;
- Centro de Novas Oportunidades;
- Associação Desportiva Escolar de Sintra (ADESintra);
- Pólo do Estabelecimento Prisional da Carregueira;
- Intercâmbio Sócrates/Comenius;
- Empresas que proporcionam estágios aos alunos dos cursos profissionais CEF e EFA.

### 8.7. NOVAFOCO

O Centro de Formação NovaFoco está sediado na ESFD e abrange a Área Pedagógica 9A. Por isso, enquanto Centro de Formação constitui um parceiro privilegiado e colabora, entre outras competências, na realização de acções de formação em áreas prioritárias definidas no Plano Interno de Formação (PIF).

## 9. DIMENSÕES E ÁREAS DE INTERVENÇÃO

No domínio operacional dos objectivos são identificadas algumas dimensões e áreas de intervenção prioritárias e que se sistematizam no seguinte quadro:

<b>Dimensões</b>	<b>Áreas de Intervenção</b>
<b>A – Educação, Ensino e Aprendizagem</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Oferta Formativa</li> <li>• Ensino e Aprendizagem</li> <li>• Apoios e Complementos Educativos</li> <li>• Sucesso Educativo</li> </ul>
<b>B – Clima e Ambiente Educativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Lideranças Intermédias e Trabalho Cooperativo</li> <li>• Prevenção e Segurança</li> <li>• Comunidade</li> </ul>
<b>C – Comunidade Educativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projectos e Actividades de Enriquecimento Curricular</li> <li>• Formação</li> <li>• Comunicação e Informação</li> </ul>
<b>D – Organização Estrutural e Gestão</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Instalações e Equipamentos Educativos</li> <li>• Biblioteca</li> <li>• Recursos Informáticos e Multimédia</li> <li>• Recursos Financeiros</li> <li>• Avaliação (Observatório de Desempenho da Escola).</li> </ul>

**DIMENSÃO A - EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM**

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
1. Oferta Formativa	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover a diversificação de percursos formativos, numa perspectiva de adequação às exigências do futuro.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Elevar os padrões de qualidade da oferta formativa existente, alargando-a a outras modalidades de formação dirigidas a adultos e jovens.</li> <li>Caracterizar e acompanhar os percursos escolares dos alunos, em colaboração com os mesmos, Encarregados de Educação e SPO, numa perspectiva de encaminhamento, em função das aspirações e perfis individuais.</li> </ul>
2. Ensino e Aprendizagem	<ul style="list-style-type: none"> <li>Efectuar a gestão do ensino e da aprendizagem em consonância com os programas nacionais e atendendo às características dos alunos, numa perspectiva de integração e diferenciação pedagógica, garantindo mecanismos de monitorização e avaliação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ajustar as planificações ao contexto de cada turma através da estruturação dos Projectos Curriculares de Turma (PCT).</li> <li>Promover a interdisciplinaridade, nomeadamente através da realização de projectos, visitas de estudo e outras actividades.</li> <li>Valorizar o papel da Língua Portuguesa como matriz de identidade e meio comunicacional.</li> <li>Garantir o funcionamento das aulas práticas em espaços específicos, designadamente na sua componente experimental.</li> <li>Garantir a cobertura integral do PAM no 3º Ciclo do Ensino Básico.</li> <li>Potenciar o papel das TIC, designadamente através da utilização de plataformas de e-learning.</li> <li>Apostar no desenvolvimento de competências transversais na Formação Cívica e Área de Projecto do 3ºCiclo com enfoque especial nas temáticas da Cidadania e Educação para a Saúde.</li> <li>Melhorar o funcionamento do Plano de Ocupação Plena dos Tempos Escolares (POTE), criando uma estrutura de coordenação.</li> </ul>
3. Apoios e Complementos Educativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Desenvolver práticas de articulação e interacção no seio das Estruturas de Orientação e de Apoio Educativo, visando o desenvolvimento de competências e valores, em ordem a promover a integração plena dos alunos com dificuldades diagnosticadas, salvaguardando respostas educativas adequadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidar o programa PPT (Português para Todos), visando o desenvolvimento de competências linguísticas facilitadoras da aprendizagem dos alunos estrangeiros.</li> <li>Concretizar os Planos de Apoio Individualizado em articulação com o SPO, a Educação Especial, os Conselhos de Turma e os Encarregados de Educação.</li> <li>Garantir apoio pedagógico aos alunos com dificuldades, em horário compatível com o horário da turma.</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consolidar o Programa de Tutorias, valorizando o papel do professor tutor em articulação com o SPO, Ensino Especial, DT e respectivos Encarregados de Educação.</li> <li>• Rentabilizar o Espaço 6.1. como espaço de estudo e de trabalho.</li> <li>• Valorizar o papel do Director de Turma no contacto com os Encarregados de Educação dos alunos com necessidades de apoio, agilizando o processo de comunicação.</li> <li>• Garantir o enquadramento dos alunos carenciados pelo Serviço de Acção Social Escolar.</li> </ul>
<b>4. Sucesso Educativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caracterizar o insucesso escolar e desenvolver medidas que permitam a sua redução, mobilizando as Estruturas de Orientação Educativa, de Apoio e Complemento Educativo, bem como os Pais e Encarregados de Educação na promoção do sucesso.</li> <li>• Valorizar o mérito conferindo-lhe visibilidade e reconhecimento público.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Proceder a uma análise trimestral dos resultados escolares com identificação de pontos fortes e fracos do desempenho e definição de estratégias de resolução de problemas, com base nos seguintes itens: Taxa de insucesso; causas geradoras de insucesso; medidas educativas em curso; risco de retenção e abandono; qualidade do sucesso; medidas a implementar.</li> <li>• Efectuar uma festa aberta à comunidade, destinada à entrega dos seguintes prémios de mérito: conclusão do ensino secundário, quadros de excelência, assiduidade e de valor (mérito científico, desportivo, literário e artístico) e bolsas de mérito.</li> </ul>

**DIMENSÃO B - CLIMA E AMBIENTE EDUCATIVO**

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
<b>1. Lideranças Intermédias e Trabalho Cooperativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apostar no papel das lideranças intermédias e no exercício efectivo de funções de coordenação e supervisão pedagógica.</li> <li>• Fomentar a participação activa, responsável e cooperante dos elementos da comunidade educativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar a eficiência e funcionalidade das respostas através da descentralização dos níveis de decisão e delegação de competências.</li> <li>• Ter em consideração o rigor pedagógico, a capacidade relacional e de comunicação na atribuição de funções de liderança/coordenação, nos diferentes níveis e contextos de intervenção.</li> <li>• Promover dinâmicas de trabalho em grupo, em diferentes contextos como contributo para o reforço da auto-estima individual e institucional, envolvendo os diversos membros da Comunidade Educativa.</li> </ul>
<b>2. Prevenção e Segurança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Salvaguardar as condições de segurança estrutural e de utilização no interior do recinto escolar.</li> <li>• Preservar as condições de segurança física e moral de todos os membros da Comunidade Educativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Realizar vistorias às instalações da escola com base num guião estruturado para o efeito.</li> <li>• Garantir as condições de segurança na utilização dos espaços, com particular incidência nos acessos, saídas de emergência, equipamentos contra incêndio, características do piso, e barreiras arquitectónicas.</li> <li>• Manter operacional o Plano de Segurança contra Riscos de Incêndio e o Plano de Emergência, de forma a responder a situações de risco ou pânico.</li> <li>• Informar/formar os membros da comunidade escolar sobre procedimentos a adoptar em situações de emergência e realizar simulacros em cada ano lectivo.</li> <li>• Prevenir a violência escolar em conjugação com a PSP - Escola Segura, através da concretização de medidas dissuasoras, correctivas e sancionatórias.</li> </ul>
<b>3. Comunidade</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer formas de cooperação com a comunidade, visando a concretização de projectos, actividades e troca de serviços de interesse comum, projectando a Escola no meio envolvente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Formalizar protocolos e parcerias com entidades externas.</li> <li>• Colocar à disposição da comunidade os recursos materiais, serviços técnicos e pedagógicos existentes na escola.</li> <li>• Viabilizar a realização de estágios profissionalizantes, consolidando o relacionamento cooperativo com o tecido empresarial.</li> </ul>

## DIMENSÃO C - COMUNIDADE EDUCATIVA

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
<b>1. Projectos e Actividades de Desenvolvimento Educativo</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Promover o desenvolvimento de projectos/actividades de desenvolvimento educativo, susceptíveis de diversificar oportunidades de sucesso, de acordo com motivações de natureza científica, ambiental, tecnológica, cultural, artística, desportiva e recreativa, envolvendo a Comunidade Educativa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Apoiar os projectos, núcleos e clubes já existentes e estimular a criação de novos projectos de interesse relevante para a Escola a nível local, nacional ou internacional.</li> <li>Consolidar o Projecto de Promoção e Educação para a Saúde, visando a adopção de estilos de vida saudáveis e a minimização de comportamentos de risco.</li> <li>Fomentar o envolvimento dos alunos na actividade física e desportiva, nomeadamente através do programa do Desporto Escolar.</li> </ul>
<b>2. Formação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Conceber o Plano Interno de Formação numa lógica de resposta às necessidades de formação da própria Escola, estimulando a partilha de experiências e valorização profissional.</li> <li>Apostar na formação e qualificação dos recursos humanos;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Incentivar a participação do pessoal docente e não docente em acções de formação nas áreas prioritárias definidas no Plano Interno de Formação da Escola.</li> <li>Potenciar o papel da NOVAFOCO enquanto Centro de Formação.</li> <li>Estimular práticas de formação recíproca, fortalecendo os mecanismos de interacção e de partilha de experiências, conhecimentos e materiais.</li> </ul>
<b>3. Comunicação e Informação</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Melhorar a informação e comunicação interna e externa, rentabilizando os instrumentos de divulgação existentes na Escola, numa lógica de inovação, eficiência e eficácia.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Concretizar um projecto de sinalética de identificação dos vários sectores, serviços e departamentos existentes na Escola.</li> <li>Criar um Gabinete de Comunicação que assegure a gestão da divulgação dos documentos estruturantes (PE, PCE, PAA e RI), legislação e outra documentação relevante para a Escola.</li> <li>Optimizar os circuitos de comunicação com recurso ao potencial das TIC, nomeadamente através do enriquecimento do <i>site</i> da Escola, correio electrónico, plataformas de e-learning, ecrãs LCD, Blogue e placares.</li> </ul>

### DIMENSÃO D - ORGANIZAÇÃO ESTRUTURAL E GESTÃO

ÁREAS	OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	OBJECTIVOS ESPECÍFICOS
1. Instalações/Espaços e Equipamentos Educativos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Optimizar os espaços existentes na Escola numa óptica de polivalência, valorização estética e funcional, de modernização e humanização.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Requalificar os espaços escolares incluindo salas de aula, de trabalho e de estar.</li> <li>Elaborar um plano anual ou plurianual de aquisição de equipamentos de acordo com critérios de prioridade.</li> <li>Apetrechar a Sala 6.1. como espaço multidisciplinar e de apoio e acompanhamento pedagógico, de acordo com o projecto já existente.</li> </ul>
2. Biblioteca	<ul style="list-style-type: none"> <li>Potenciar a utilização da Biblioteca, entendida como Centro de Recursos e de difusão cultural, destinado à consulta de documentos em diferentes suportes e à organização de acções e eventos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fomentar o gosto pela leitura através da oferta diversificada de obras literárias ou multimédia;</li> <li>Realizar concursos de leitura e outros abertos à comunidade escolar;</li> <li>Aumentar o acervo em vários suportes;</li> <li>Realizar actividades de carácter científico e cultural, abertas à Comunidade Educativa.</li> <li>Apoiar as Actividades Curriculares e de Desenvolvimento Educativo, facultando a consulta de documentos em diferentes suportes.</li> </ul>
3. Recursos Informáticos e Multimédia	<ul style="list-style-type: none"> <li>Optimizar os recursos do parque informático da Escola de forma a garantir a qualidade e funcionalidade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Garantir a manutenção e actualização dos recursos informáticos e de multimédia, respondendo às necessidades e aos desafios das novas tecnologias.</li> <li>Estimular a utilização de plataformas e learning.</li> <li>Aproveitar as potencialidades do Plano Tecnológico para apetrechar mais espaços educativos no âmbito das TIC, de acordo com as orientações desse programa nacional.</li> </ul>
4. Recursos Financeiros	<ul style="list-style-type: none"> <li>Racionalizar os recursos financeiros existentes, de acordo com as normas orientadoras do orçamento de escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Gerir os recursos financeiros, tendo em vista a melhor qualidade dos serviços.</li> <li>Procurar outras fontes de financiamento com recurso à apresentação de candidaturas a projectos financiados.</li> </ul>
5. Avaliação (Observatório de Desempenho da Escola)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Assegurar a avaliação da escola enquanto instituição, com recurso a diferentes estratégias de monitorização do desempenho, visando reforçar a auto-estima institucional e melhoria dos níveis de eficácia e eficiência.</li> <li>Efectuar a avaliação do desempenho dos docentes e não docentes.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidar o Projecto de Auto-avaliação da Escola como um processo que identifica pontos fortes, a potenciar, e pontos fracos a superar.</li> <li>Assegurar a avaliação do desempenho do pessoal docente e não docente, com recurso aos mecanismos e instrumentos definidos na Lei e no RIE, sob coordenação e supervisão das estruturas e órgãos responsáveis.</li> </ul>

## 10. AVALIAÇÃO DO PROJECTO

A melhoria do funcionamento da escola passa por uma racionalidade que implica conhecimento e responsabilização por parte dos actores que a constituem. Aqui, torna-se imprescindível o papel da avaliação do Projecto Educativo, na medida em que introduz processos e procedimentos de que a organização pode dispor para aumentar o capital de informação sobre o seu próprio funcionamento ou como sistema de informação que apoia a tomada de decisão.

A avaliação pode ser entendida como um sistema de verificação de resultados, de acordo com objectivos previamente definidos. Deste modo, falar de avaliação implica conceber um sistema de monitorização que permite conhecer, avaliar e corrigir estrategicamente uma situação, um programa, um projecto.

A avaliação do Projecto poderá ainda funcionar como dispositivo de **formação**, levando à constituição de grupos de estudo que, reflectindo sobre o desenvolvimento do projecto, visam a resolução dos problemas e a reflexão sobre as suas próprias práticas. Neste sentido, e apesar da complexidade desta tarefa, a avaliação surge-nos como um objecto a construir pelos seus actores, pela escola, significando que os indicadores e instrumentos de avaliação são específicos e ajustados à realidade. Só assim será possível pensar a escola no presente para construir o futuro.

Os instrumentos e procedimentos já concebidos e adoptados pela escola nas diversas dimensões identificadas (Educação, Ensino e Aprendizagem; Clima e Ambiente Educativo; Comunidade Educativa; Organização Estrutural e Gestão), devem ser objecto de permanente aperfeiçoamento de forma a institucionalizar na Escola uma cultura de avaliação de desempenho, em coerência e estreita articulação com o processo de auto-avaliação em curso na Escola (Observatório de Qualidade da Escola). Todavia, sem prejuízo das práticas já existentes, designadamente através de Relatórios, há a salientar outros procedimentos que importa monitorizar no futuro, visando o reforço da auto-estima institucional e a melhoria dos níveis de eficácia e eficiência, nomeadamente:

- Planos de Actividades dos Órgãos de Gestão
- Projectos de Desenvolvimento Educativo
- Plano de Ocupação Plena dos Tempos Escolares (POTE)
- Tutorias
- Desporto Escolar
- Promoção e Educação para a Saúde (PES)
- Gabinete de Apoio ao Aluno (GAPA)
- Plano de Acção da Matemática (PAM)
- Português Para Todos (PPT)
- Plano Nacional de Leitura (PNL)

- Projecto “Mais Sucesso Escolar”
- Plano Interno de Formação (PIF)
- Gabinete de Comunicação
- Observatório de Qualidade da Escola (Avaliação)
- Segurança Estrutural e dos Equipamentos
- Plano de Actividades das Associações de Pais e Encarregados de Educação e de Estudantes
- Outros.

## 11. NOTA FINAL

O PE enquanto expressão da identidade e autonomia da Escola constitui-se como um documento orientador destinado a assegurar a coerência e a unidade da acção educativa. Assume-se assim como uma planificação estratégica definida a longo prazo, que será operacionalizada através do Plano Anual de Actividades, do Regulamento Interno e do Projecto de Orçamento.

Estes documentos, concebidos de forma articulada, traduzem uma concepção de escola autónoma, participada e eficaz, tendo como grande finalidade “ **Promover o sucesso educativo numa escola de qualidade**”.

A aventura de construir e executar o PE constitui uma boa oportunidade de mobilizar as pessoas em torno de um compromisso colectivo e interactivo. Pretende-se que professores, alunos, pessoal não docente, pais e encarregados de educação e representantes locais colaborem na construção de um ideal de escola, que é o nosso. Se a Comunidade Educativa assim o desejar, podemos construir uma escola baseada nos princípios da autonomia, da participação e da responsabilização e que leve à integração das dimensões individuais no sentido colectivo da organização.

Não há modelos óptimos de organização escolar; há mesmo ótimas escolas que dispensam qualquer modelo formal, o que não há são boas escolas sem rumo pois, citando Séneca, *não há ventos favoráveis para os que não sabem para onde vão*.

Nós sabemos! Este é o caminho que queremos seguir.

Este documento foi aprovado pelo Conselho Geral, em 17 de Novembro de 2009.